

Número 25 – 01 de Fevereiro de 2023

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

STAE e CNE ainda não conhecem limites territoriais dos 12 novos municípios

Os partidos políticos e os órgãos de administração eleitoral ainda não conhecem as delimitações territoriais dos 12 novos municípios. Zauria Amisse, representante do Governo na CNE, diz que os limites municipais já foram definidos e apenas aguardam pela aprovação do Conselho de Ministros.

O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) disse, ontem, durante o encontro com os partidos políticos, em Maputo, que ainda não tem a noção das dimensões das autarquias. Segundo o STAE, até aqui não se conhecem as dimensões das novas autarquias. Acrescentou que as delimitações territoriais “são assuntos de MAEFP”

O encontro, que era para a apresentação de informação sobre o início do recenseamento piloto, transformou-se em reunião de apresentação de preocupações pelos partidos políticos extraparlamentares.

“O STAE e a CNE recebem informações sobre as delimitações das autarquias do MAEFP. Essas delimitações ainda não são conhecidas. O MAEFP faz a divisão administrativa e entrega” - esclareceram os membros do STAE. Entretanto coube a representante do Governo na CNE, Zauria Amisse, informar que as delimitações já foram feitas, mas ainda não foram partilhadas porque ainda aguardam pela aprovação do Conselho de Ministros.

Os partidos extraparlamentares afirmam que será difícil fiscalizar o processo de recenseamento sem conhecer as delimitações dos municípios. Neste momento, segundo os seus representantes, os partidos deviam organizar a sua logística para fiscalizar o recenseamento, mas tal é impossível sem se conhecer as delimitações municipais. Por exemplo, há informação de que o município de Marracuene irá circunscrever-se à vila, mas não se conhecem as delimitações. Não se sabe se irá ou não incluir a região turística de Macaneta 1 e 2 ou a localidade de Bobole.

“Os cidadãos e os partidos não conhecem até aqui os limites. Onde começa e onde termina o determinado município, ninguém sabe”, disse.

Delimitações manipuladas?

No encontro havido ontem com os partidos políticos foi denunciado que o Governo central teria ordenado aos administradores distritais para realizarem reuniões visando definir quais os bairros a serem incluídos nos novos municípios. Coube aos administradores determinar os limites dos novos municípios e os bairros que os irão compor, um processo que cheira à manipulação.

Um dos indicadores que determinaram a elevação das 12 novas vilas à categoria de municípios é a sua capacidade de arrecadação de receitas. Isso significa que o estudo deveria ter sido realizado em áreas já delimitadas dos futuros municípios. Mas não foi o caso. O estudo foi realizado em zonas não delimitadas, o que significa que podem ter sido abrangidos bairros que na futura delimitação estarão excluídos. Por exemplo, em Marracuene, o estudo pode ter abrangido as zonas de Macaneta e Bobole, quando a delimitação poderá já não as incluir.

O outro problema é que pode ter havido vilas com melhores condições para a municipalização, mas excluídos porque o estudo foi realizado em zonas cujos limites ainda eram desconhecidos, o que pode ter concorrido para a sua exclusão enquanto são potencialmente produtivas.

Extra-parlamentares querem ser incluídos na CNE e STAE


Alguns representantes dos partidos políticos sem assento no parlamento defenderam a necessidade de nos próximos processos eleitorais incluir-se, pelo menos, um representante seu nos órgãos eleitorais. A justificação é de que eles precisam de ter alguém que represente e defenda os seus interesses.

A preocupação dos extra-parlamentares é sinal de que estes não se sentem representados pela Renamo e pelo MDM.

Censo Piloto arranca hoje em nove distritos

Decorre de hoje, 1 de Fevereiro, até ao dia 20 o recenseamento piloto que visa a testagem do equipamento a ser usado no recenseamento eleitoral a ter lugar entre 20 de Abril e 3 de Junho do ano em curso.

O censo irá abranger 100 mil eleitores dos distritos de Matutuine, Magude e Moamba (província de Maputo); Mogovolas, Murrupula e Mecontas (Nampula) e Macate, Mossurize e Vanduzi, em Manica.

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	<p>Director: Edson Cortez</p> <p>Autor: Lázaro Mabunda</p> <p>Assessor: Joseph Hanlon</p> <p>Revisão Linguística: Samuel Monjane</p> <p>Layout: Liliana Mangove</p>	<p>Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschild, Rua Fernão Melo e Castro nr.º 124, Maputo</p> <p>Web: https://www.cipeleicoes.org/</p> <p>Facebook: @cipeleicoes</p> <p>Instagram: @cipeleicoes</p> <p>Tiktok: @cipmoz</p> <p>Telegram: +258 843890584</p>

Parceiro:

